

APREN DIVULGA PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ANUAL DA REN21

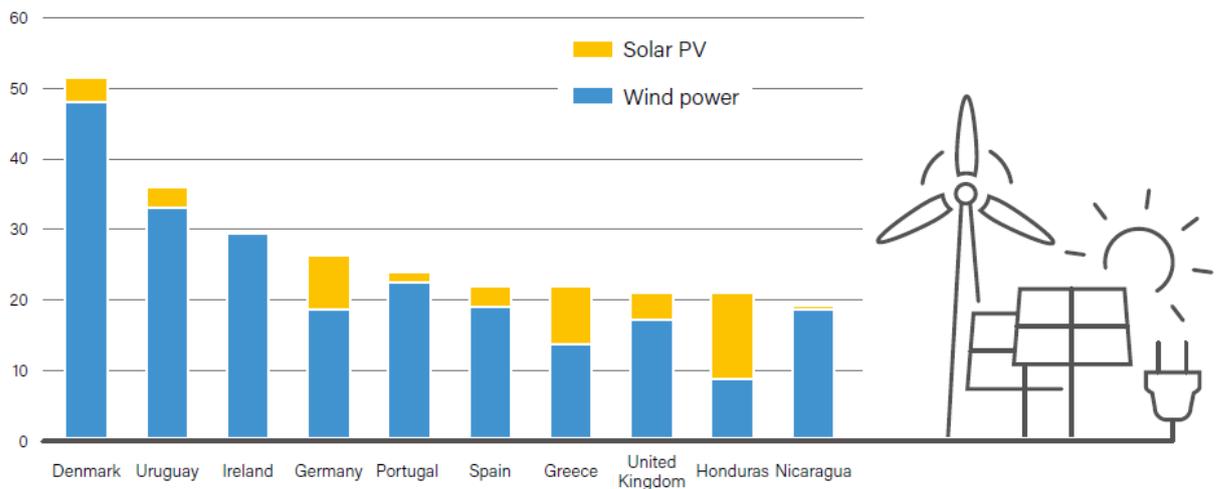
- Associação destaca a importância do documento como chamada de atenção aos líderes mundiais
- Relatório apresenta estagnação das políticas de energia sustentável a nível mundial
- Têm vindo a ser aplicadas políticas erráticas em alguns países, que servem de barreira ao desenvolvimento das energias renováveis
- Portugal surge em 5º lugar do Top Mundial no que se refere à incorporação de renovável variável no *mix* de produção de eletricidade
- Em 2017 foram ainda aplicados subsídios aos combustíveis fósseis em 112 países, estimados em aproximadamente 300 mil milhões de dólares
- Relatório revela necessidade de metas climáticas mais ambiciosas a nível mundial

A REN21 publicou no passado dia 18 de junho a edição de 2019 do seu relatório anual **Renewables Global Status Report (GSR)**, que apresenta o ponto de situação mundial do desenvolvimento da energia renovável e assinala as medidas e objetivos a que cada país se compromete de forma a possibilitar a incorporação massiva destas tecnologias. Este ano, o relatório alerta para “políticas erráticas” que têm vindo a ser aplicadas em alguns países, que servem de barreira ao necessário desenvolvimento das energias renováveis, responsáveis por cerca de um quarto (26%) da produção mundial de eletricidade.

O relatório destaca a crescente representatividade dos centros eletroprodutores renováveis no *portfolio* mundial, que hoje se estima ser acima de 33% da capacidade instalada total (cerca de 7 000 gigawatts (GW)). Em 2018 foram instalados 181 GW de nova capacidade renovável, dos quais 100 GW correspondem a solar fotovoltaica (capacidade suficiente para, por exemplo, suprir mais de 25% da procura de eletricidade em França).

No que se refere à incorporação de renovável variável no *mix* de produção de eletricidade, Portugal surge no 5.º lugar do *top* mundial, posicionando-se entre a Alemanha e a Espanha, conforme representado na figura abaixo.

Share of total generation (%)



No entanto, a falta de políticas ambiciosas e continuadas em vários países que promovam a descarbonização nos setores de aquecimento, arrefecimento e transportes indica que não se está a maximizar os benefícios da transição energética, que incluem, por exemplo, a melhoria da qualidade do ar e, conseqüentemente, a da saúde das populações.

Segundo Rana Adib, Secretário Executivo da REN21, “poderia haver um avanço importante se os países eliminassem os seus subsídios aos combustíveis fósseis, que estão a impulsionar a energia suja”. Políticas ambiciosas e a criação de enquadramentos regulatórios adequados são medidas consideradas como fundamentais para a criação de condições favoráveis e competitivas, que permitam o crescimento da energia renovável e a substituição dos combustíveis fósseis que, além de mais caros, são emissores de Gases com Efeito de Estufa. De facto, o relatório afirma que em 2017 foram ainda aplicados subsídios aos combustíveis fósseis em 112 países, estimados em aproximadamente 300 mil milhões de dólares.

No que se refere aos setores do aquecimento, arrefecimento e transportes, os desenvolvimentos não são tão pronunciados, uma vez que as renováveis integram apenas 10% da energia utilizada para aquecimento e arrefecimento e pouco mais de 3% nos transportes, existindo ainda um leque de oportunidades para que estes desempenhem o seu relevante papel na transição energética. Este desequilíbrio deve-se, em grande parte, ao apoio insuficiente ou instável das políticas existentes, tendo mesmo sido verificada uma redução do número de países com políticas específicas para incorporação de renováveis nestes setores.

Apesar do apoio deficitário, estão a ser implementadas iniciativas nestes setores. Os biocombustíveis sustentáveis, os veículos elétricos e as políticas de mobilidade sustentável estão a reduzir a dependência

geral de combustíveis fósseis no setor dos transportes. Ao nível do aquecimento e arrefecimento, as políticas incluem certificação energética de edifícios, incentivos ao calor renovável e objetivos específicos de incorporação de renovável neste setor, bem como abordagens indiretas como a aplicação de taxas de carbono (consideradas subutilizadas pela REN21).

Este relatório serve assim de chamada de atenção ao longo percurso que ainda temos pela frente, destacando que são necessárias metas climáticas mais ambiciosas a nível mundial, e como base para identificação de um conjunto de oportunidades que podem servir de *benchmarking* para a transição energética.

A APREN congratula a REN21 por mais uma publicação de grande qualidade, que é já uma referência para o setor da energia renovável, e agradece a oportunidade que lhe foi dada de participar e colaborar na caracterização do panorama nacional.

Sobre a REN21

A REN21 é uma rede mundial de promoção de energias renováveis. O seu objetivo é preconizar uma política de expansão destas energias nos países em desenvolvimento e nas economias industriais, agindo junto de vários intervenientes, como governos, ONGs, associações industriais, entre outros.

Mais informação disponível [aqui](#).

Sobre o *Renewables Global Status Report*

O *Renewables Global Status Report* apresenta os principais desenvolvimentos e tendências do setor renovável mundial.

Publicado pela primeira vez em 2005, este relatório anual fornece o panorama mais abrangente e atempado da situação do setor, dos mais recentes desenvolvimentos políticos das energias renováveis a nível global e das tendências no mercado e na indústria. Os dados são fornecidos por uma rede de 900 colaboradores, investigadores e especialistas de todo o mundo.

Mais informação sobre a edição de 2019 disponível [aqui](#).

Sobre a APREN

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.

Mais informação disponível [aqui](#).

Lisboa, 15 de julho de 2019

Contactos:

Luís Santos, Departamento de Comunicação

Telf: (+351) 213 151 621

E-mail: comunicacao@apren.pt

Mariana Ludovino, YoungNetwork Group

Telf: (+351) 912 016 925

E-mail: marianaludovino@youngnetworkgroup.com